

Aprígio Guimarães e as “Ligeiras considerações do methodo d’ensino seguido no Brasil”

Aprígio Guimarães and the "Slight considerations of the teaching method followed in Brazil"

André Luiz Maranhão Agostinho dos Santos
Doutor em Sociologia (UFPE)

Resumo: Este artigo analisa o capítulo *Ligeiras considerações sobre o methodo d’ensino seguido no Brasil*, integrante do livro *Estudos sobre o ensino público*, lançado em 1860 por Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. Também são selecionados trechos dos escritos de Aprígio Guimarães para relacioná-los com ambientes e conjunturas políticas, acadêmicas, estéticas – sobretudo nas décadas de 1860 e 1870. O capítulo escrito por Aprígio ainda é articulado com aspectos presentes em instituições de impacto decisivo na vida social e na compreensão das ideias do Brasil Imperial, notadamente a Faculdade de Direito do Recife e o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. A partir dos textos de Aprígio, importa destacar: citações de autores europeus, perspectivas econômicas, políticas e religiosas para a formação do debate retórico; a discussão em torno do papel do ensino, seus desdobramentos morais e familiares; o apelo à figura do Imperador Dom Pedro II na condução dos valores a serem perseguidos para a formação do Brasil. Todos esses pontos apresentam questões análogas à investigação em torno do uso de conceitos e suas implicações para o entendimento da história do ensino brasileiro.

39

Palavras-chave: Aprígio Guimarães; ensino no Brasil; história das ideias; política; retórica.

Abstract: This article analyzes the chapter *Ligeiras considerações sobre o methodo d’ensino seguido no Brasil*, part of the book *Estudos sobre o ensino público*, released in 1860 by Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. This article Are also selected excerpts from Aprígio Guimarães' writings to relate them to political, academic, aesthetic environments and conjunctures– especially in the 1860s and 1870s. The chapter written by Aprígio is still articulated with aspects present in institutions with a decisive impact on social life and in comprehension the ideas of Imperial Brazil, notably *Faculdade de Direito do Recife* and *Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. From Aprígio's texts, it is important to highlight: quotes from European authors, economic, political and religious perspectives for the formation of the rhetorical debate; the discussion around the role of teaching, moral and familiar consequences; the appeal to the figure of Emperor Dom Pedro II in conducting the values to be pursued for the formation of Brazil. All these points present questions similar to the investigation around the use of concepts and their implications for the understanding of the history of Brazilian education.

Keywords: Aprígio Guimarães; teaching in Brazil; history of ideas; politics; rhetoric.

Introdução

“Ante a majestade não sou um homem, sou uma ideia, como ela é uma instituição”

(José de Alencar – Cartas a Erasmo)

Em 1860, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães publicava o primeiro volume de *Estudos sobre o Ensino Público*. Logo na folha de rosto da edição, o autor se apresentava como Lente substituto da Faculdade de Direito do Recife (FDR) – posição alcançada por concurso, em 1859. No âmbito das experiências mais recentes, Aprígio acumulava uma passagem como deputado suplente pela província do Ceará, na nona legislatura do Império (1853-1856), e enquanto suas memórias da Câmara dos Deputados Gerais eram descritas sob lamentos, a entrada do autor na FDR era vista por ele mesmo como sinônimo de luta profícua, resultante de esforços e (até mesmo) de danos à saúde.

Antes de passar pela experiência legislativa na Corte e se tornar Professor Substituto na FDR, é importante considerar a formação escolar privilegiada de Aprígio. Seu pai, José da Silva Guimarães, era oficial do Exército Brasileiro e mais tarde atuaria na Batalha do Riachuelo como tenente-coronel, comandante de duas companhias do 9º Batalhão de Infantaria (SIQUEIRA, 2015, p. 82). Além disso, José Guimarães encerraria suas atividades militares sob a patente de Brigadeiro, ou seja, um oficial-general do Império. Parte dessas bases e de relativo prestígio ampararia o caminho de Aprígio, o qual se formará com menos de vinte anos de idade no Curso Jurídico de Olinda (em 1851) e obterá o grau de doutor em 1856, já na FDR (ABREU, p. 156; MARTINS, 1931, p. 201). Ao mesmo tempo, a trajetória de Aprígio não foi defendida de maneira integral por ele próprio. O magistério sim, aparece sob a aura missionária e virtuosa, enquanto que o percurso político é descrito como algo inócuo e frustrante. Em discurso proferido no Atheneu Pernambucano em 1858, por exemplo, Aprígio declarava:

Deixando os bancos acadêmicos, atirei-me aos embates sociais, sem bússola, com toda inexperiência dos meus jovens anos. Sabeis o que colhi? As picadas da calúnia e uma boa parte do meu melhor tempo perdida para o estudo: bem caro hei pago, e vou pagando os fúteis prazeres d’uma efêmera representação política (GUIMARÃES, 1872, p. 117).

Aprígio Guimarães entre ideários políticos

Uma vez que os textos de *Estudos sobre o Ensino Público* foram produzidos até 1859, as visões de Aprígio aparecem sob tintas mais conservadoras. Por sinal, a mudança do autor para o Partido Liberal só se dará no ano seguinte, além de a breve aliança com a *Liga Progressista* (uma frente composta por liberais e dissidentes do Partido Conservador) só ocorrer em 1863. Dez anos mais tarde (ao assinar suas obras como Lente Catedrático em Economia Política e Advogado) Aprígio ressaltará a importância de seu retorno para “os malditos arraiais liberais”, além de exprimir: “nada vejo a envergonhar-me na minha antiga e rápida atitude conservadora” (GUIMARÃES, 1872, p. 33-34).

De conservador católico a migrante para a base liberal, Aprígio entrará na década de 1870 vinculado a leituras cristãs, ao mesmo tempo em que interessado no encaminhamento de seus estudantes da FDR para “o mundo cientificista” – relativamente crítico às instituições monárquicas (ALONSO, 2002, p. 139). Aliás, o contexto da década de 1870 não levava o liberalismo vigente a choques inevitáveis com o catolicismo, uma vez que um grande número de eclesiásticos se colocava sob bandeiras liberais, inclusive quando a própria ala mais radical católica buscava preceitos do liberalismo “sem crise alguma para sua adesão ao evangelho” (LARA, 1988, p. 26).

Em tempo, Francisco Phaelante da Câmara reconhecerá a contribuição de Aprígio, ao destacar os dotes intelectuais e relacionais daquele docente:

Houve nesta faculdade um professor que foi, por assim dizer, o ponto de intercessão entre o velho tipo acadêmico e o novo, o elo que liga os dois períodos – e se chamou Aprígio Guimarães. Foi ele quem antes da revolução operada por Tobias [Barreto] no terreno dos princípios, começou a modificar a feição moral deste Instituto, por suas ideias liberais e principalmente pelas simpatias que irradiavam de sua personalidade (CÂMARA, 1904, p. 24-25).

Mais à frente, inclusive, as posições liberalizantes de Aprígio descambarão na obra póstuma *Estudos de Economia Política* – cujas passagens articularão autores como John Stuart Mill e Henry Dunning Macleod sob uma visão científica a criticar versões do socialismo e a se voltar para uma

discussão acerca do “progresso e libertação da sociedade” (DACANAL; SAES, 2017, p. 9). Paralelamente, é fundamental perceber que mesmo se a economia era uma expressão de “ciência moral e política” (VEIGA, p. 23) os escritos de Aprígio não suprimirão, por completo, o peso do elemento católico e espiritualista.

Note-se que liberais e conservadores se alternaram durante vários momentos do Brasil Imperial, mas o Partido Conservador se concentrou por mais tempo à frente dos gabinetes e no processo de formulação de leis voltadas para ensino brasileiro. Com o poder político maior em termos de longevidade, o processo de institucionalização sobre o que se deveria ensinar andou *pari passu* com o predomínio da sigla conservadora e com o que se denominava *educação literária*. Concomitantemente, a formação ideológica das elites intelectuais, além de indispensável para a ocupação da máquina administrativa do Império foi diversas vezes encabeçada por ideais conservadores. Tem-se, portanto, uma política de instrução pública, cara aos valores da “boa sociedade” de brancos, “estando excluídos, quase naturalmente, os escravos e a população indígena, além da quase totalidade das mulheres” (OLIVEIRA, 2015, p. 943).

O Partido Conservador ainda embasou parte da retórica de políticos e burocratas interessados na formação (e mesmo na manutenção) de postos de elite, cujo estilo academicista constituirá estratégia para a garantia de privilégios. Por extensão, haverá notória defesa de *votos capacitários* a funcionar como “filtro” do eleitorado a partir da escolaridade e como tática de frenagem sobre maiores acessos ao processo decisório por parte da maioria populacional brasileira. Com isso, “num Império sem escolas, o que se queria era fechar para o povo a única escola possível: a escola do voto” (FERRARO, 2013, p. 193) por meio da estratégia de manter a grande parte analfabeta do Brasil governada por uma minoria ilustrada.

Mas além do estilo academicista, outro ponto relevante a ser considerado está na capacidade de expoentes conservadores e liberais elaborarem interpretações constitucionais, embasados muito mais pela experiência política do que pela atividade docente. Aqui, as figuras de Braz Florentino Henriques de Souza e Zacarias de Góis e Vasconcelos são exemplos típicos a demonstrar de que maneira a saída das cátedras de Olinda e Recife norteará o alcance literário por meio da consolidação de carreiras burocráticas e seus descolamentos de várias teorias políticas (OLIVEIRA, 2002, p. 34). Por sinal, a complexa tarefa de transformar os ideais em prática

amalgamava princípios liberais e conservadores em uma “monarquia possível” – cujas bases iam desde a *interpretação whig* da Constituição de 1824, sob a influência de Zacarias Góis e Vasconcelos; até postulações de um Brasil “à moda François Guizot”, sob expressiva influência de Paulino José de Souza, o Visconde de Uruguai (LYNCH, 2014, p. 69-74).

Além de indissociáveis, as ideias liberais e conservadoras não se encontravam “fora de lugar”, mas embasavam práticas elitistas ligadas ao capitalismo como parte integrante de sociedades escravistas – tanto em países de centro quanto de periferia (BOSI, 2012, p. 226). Durante vários momentos, abstrações e ideários a respeito de liberdade, igualdade e governo representativo se confundiram entre os partidos do Império (ADORNO, 2019, p. 37-38) e o debate liberal-conservador se inseriu na imagem de *políticos-bacharéis* com rodagem na advocacia e na magistratura. Essa prática levou à condução política do aparelho jurídico em favor dos interesses de grupos filiados a diferentes interpretações constitucionais (PENNA, 2019, p. 369). Uma prova do impacto intelectual fora dos muros acadêmicos é encontrada, por exemplo, na publicação de Aprígio Guimarães pelo Jornal do Recife, em 1859 – quando a respeito do Visconde de Uruguai, o autor frisava:

A ordem, o nexa com que o Sr. Soares de Souza dirigiu seus passos na vida pública, confirmam nele o homem altamente superior, que sabe fazer tudo a seu tempo [...]. Se lhe faltou tempo para mostrar-se todo inteiro como literato, lede o que tem saído da boca ou da pena do estadista e deplorareis conosco, que baixe ao túmulo uma superioridade, que seria em honra e ilustração do país, se tivesse tido azo de mostrar-se (GUIMARÃES, 1859, p. 102).

Embora Aprígio viesse a exercer a advocacia no Recife⁵, sua formação se concentrava no papel de docente da FDR e na marca identitária de professor substituto (depois, lente catedrático), a qual ainda conferia uma camada heroica em torno do ensino. Ao mesmo tempo, é preciso destacar que o Brasil ecoava uma dinâmica relativamente análoga à modernidade, cuja preocupação estava tanto em “licenciar” professores quanto em “formá-los” sob saberes específicos (MONTEIRO, 2013, p. 24) e, assim, tanto nos discursos elaborados por Aprígio para declamação, quanto na produção de âmbito literário, os fortes aspectos retóricos estão ligados a um “impulso para a

⁵ Por exemplo em 1860, quando advogava na sessão do Júri do Recife (JURY, 1860, p. 2).

abstração” – sintonizados com teorias da Europa e conceitos disseminados pelo menos desde o século XVIII (KOSELLECK, 2020, p. 92).

Como amostra de tendência da comunicação no Brasil Imperial, a publicação de *Estudos Sobre o Ensino Público* revela que o amplo emprego de autores estrangeiros e recursos estéticos, adornados por máximas em latim, ocupava grande espaço nas páginas de um autor formado por instituições educacionais de elite. Por outro lado, o fato de alguém citar respectiva obra ou personalidade não significava a adesão a todo o raciocínio ali contido. Um mesmo intelectual, político ou clérigo poderia aparecer em discursos assinados por indivíduos de crenças e tons partidários diferentes.

Aprígio Guimarães entre linhas de retórica

No Brasil imperial, a capacidade de combinar autores sob as siglas conservadora, liberal e progressista se desenvolve como expressão *do político* – algo concreto e constitutivo da própria vida (REMOND, 2017, p. 442). Nesse processo, a educação é absorvida por repertórios geradores de enfrentamentos públicos e lutas em torno de reputações individuais / institucionais. Pelo menos desde a década de 1820, a dinâmica dos discursos em Pernambuco revelava que “os agrupamentos políticos eram pintados pelos seus opositores com cores exageradas, [as quais] nem sempre representavam as ideias expostas nos periódicos” (FELDMAN, 2014, p. 46). Não apenas, à medida que “tudo chegava ao Brasil juntamente”, a condensação de juristas ingleses, socialistas franceses, autores espanhóis e pensadores italianos sugeria que “tudo era aceito ao menos como questão, como material de meditação ou debate” (SALDANHA, 2001, p. 188).

No caldo de ideias e discursos é preciso acrescentar o impacto do idealismo, espiritualismo, a orientar diferenças bem menos teóricas do que pessoais. Em meados do século XIX, a província de Pernambuco foi um dos raros locais onde o estímulo ao *tradicionalismo brasileiro* formou vínculos entre Monarquia, Igreja católica e a difusão do pensamento tomista. Dentre os nomes com relativa projeção aparecem José Soriano de Souza, Tarquínio Bráulio Amaranto de Souza e Braz Florentino Henriques de Souza (PAIM, 2018, p. 71). Em contraponto, é inegável o papel de Miguel do Sacramento Lopes Gama (conhecido como *Padre Carapuço*), o qual se revelou importante

ator político, social e pedagógico – seja na posição de redator na imprensa local e professor de retórica do *Liceu Pernambucano*; seja na condição de deputado provincial, defensor da mudança do Curso Jurídico de Olinda para o Recife e “um dos mais importantes baluartes da *Praia*”, em 1848 (QUINTAS, 1975, p. 39).

Como caso pertencente às ideias políticas do século XIX, os escritos e discursos de Aprígio Guimarães se voltaram à produção de materiais jornalísticos mais técnicos e declamações interessadas nos temas científicos da época – tudo isso sem perder de vista sua marca eclética. O conjunto de discursos orientados pelo gênero *epidíctico* também consistia em peça indispensável nos textos de Aprígio, sobretudo quando aplicado em cerimônias solenes, ritos fúnebres, aniversários e comemorações⁶. Esse tipo de uso linguístico não era produzido sob recursos puramente lógicos, pois havia um modo de argumentação marcado por valores sociais, em franca aproximação com recursos *estético-literários* “sobre o belo e não sobre a necessidade de expor uma tese” (AMOSSY, 2020, p. 23). Como aquele capaz de corroborar o vínculo mais estreito e apelativo entre o orador e o auditório, o discurso epidíctico abrange princípios e valores partilhados por grupos sociais, de modo que “há na epidíctica um lado otimista, um lado incensador”, cuja defesa de afirmações universais serve a produções de impacto na sociedade, inclusive, sob a noção de que “o orador se faz educador” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2020, p. 57).

Matizado pelos circuitos intelectuais, usos retóricos e ideias de uma época, o fato de Aprígio se tornar orador do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) testemunha um contexto análogo ao catolicismo de Montalembert, de Lacordaire e do evolucionismo spenceriano (MELLO, p. 333), além de abrir fendas para críticas ao pensamento ultramontano e a posições historiográficas da Corte. À medida que seu vínculo com o IAGP prosseguirá, Aprígio participará de uma “guinada teórica”, relativamente mais afastada dos ditames religiosos e em busca de um estatuto de um pouco mais científico em torno da atividade intelectual (SCWARCZ, 2010, p. 147).

Note-se ainda que parte dos domínios das ideias clericais e românticas também será aos poucos suprimida pelos ares do ecletismo e reunião de autores liberais, republicanos e

⁶ François Hartog chama atenção em especial para a oração fúnebre, utilizada como instrumentalização e estilização do passado por oradores gregos. Pelo menos desde o século IV a.C., “nenhum gênero oratório levou mais longe essa estilização do que a oração fúnebre”, em alusão aos tempos gloriosos no qual os atenienses “são convidados a imitar a si mesmos, manifestando a essência daquilo que sempre foram” (HARTOG, 2017, p. 69-70).

evolucionistas. Com a década de 1870, Aprígio calibrará seus discursos entre novas correntes e ideias, ainda que não perca de vista o cerne religioso, cujo lema “Liberdade e Cruz” aparecerá por diversas vezes em seus escritos (GUIMARÃES, 1872, p. 151) e cujas bases remontarão ao liberalismo católico de Charles de Montalembert – simultaneamente crítico à infalibilidade do Papa, ao despotismo político-religioso, e defensor de uma liberdade, a qual não deveria colocar em risco a segurança da Igreja (MEAUX, 1897, p. 83).

Como outra parcela dos elementos teórico-retóricos, é justo inferir que a combinação dos ecos de um liberalismo à britânica, matizados pela perspectiva de progresso, aperfeiçoamento e *laissez-faire*, também perpassará as obras de Aprígio, quase sempre modulada pelo retrato da providência divina, do *credo econômico*, da *fé na economia política*, influenciado por Frédéric Bastiat. Dirá, então, Aprígio: “quando o homem em todos os seus passos tiver a sublime humildade de subir até as regiões da fé, teremos dado a queda nessa ciência bastarda, que infesta a sociedade atual, apoiada num racionalismo estúpido, satânico” (GUIMARÃES, 1860, p. 126). O traço desse liberalismo, tropicalizado nos salões e publicações recifenses, mesclará um tipo de liberdade com crenças metafísicas e teológicas acerca da natureza humana. Tal modo de expressão assinala as conexões liberais no diálogo com uma visão de mundo cristã, capaz de atuar como força transcendente e imaterial e de “reconhecer nos homens um poder de percepção não empírica” (BERLIN, 2009, p. 225-226).

Outro aspecto importante aparece na relativa flexibilidade e abrangência dos usos da fala, na medida em que “a própria linguagem científica nacional se manteve dentro do estilo retórico de argumentação e dicção” (CARVALHO, 2002, p. 145), além da mistura entre eloquência e moralismo do romance produzir formas de “persuadir o leitor e convencê-lo das regras de boa conduta” (MELO, 2015, p. 131). Nas publicações de Aprígio existe não só a preocupação e defesa da oratória; há também o gesto de colocar no papel conceitos e ideias voltados para modos de declamação dos discursos públicos e de promovê-los em espaços e instituições oficiais comuns às elites do Brasil Imperial.

A relação entre Aprígio e a retórica também sinaliza um “tipo diferente de exame crítico” (GOODY, 2012, p. 62), cuja especificidade demonstra que os momentos presenciais não excluem o apelo ou busca por auditórios encorajadores. Destarte, a recepção de escritos e a promoção de

interações face a face não eram menos dependentes de um *aspecto performativo da oralidade*⁷, sobretudo quando situada na sociedade brasileira, ou seja, em uma “ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2008, p. 65). A *expertise* de citar (autores, textos, excertos) e performar discursos em lugares públicos era uma finalidade interessante para a obtenção de prestígios, autoridades pela fala, defesa de princípios, ideias e conceitos, de tal maneira que Aprígio se valia disso enquanto explicitava suas posições sobre o ensino do Brasil.

O “Methodo de ensino seguido no Brasil”

Ao iniciar *Estudos Sobre o Ensino Público*, Aprígio Guimarães apresentava uma carta endereçada a Dom Pedro II. No relato do próprio autor, tal documento fora respondido pelo camarista Cândido José de Araújo Viana – então Visconde de Sapucaí. Os escritos de Aprígio apelam ao monarca e à defesa do catolicismo por meio de um caráter missionário da educação e ensino imperiais. Na articulação dessas ideias, a religião é defendida como “o esteio dos Estados e o exemplo que vem de cima, e de contágio infalível” (GUIMARÃES, 1860, p. 11), ao mesmo tempo em que o Imperador simbolizará a maior figura para direção e inspiração do país. Em outros termos, Dom Pedro II reunirá a excelência para conciliar as demandas da religião, do Estado e da educação.

Todavia, a relação entre fé cristã e poder político imperial não era o mesmo que defender a entrega total do ensino para o Clero, haja vista a própria existência de pessoas com formação religiosa capazes de ameaçar “a moral e os bons costumes”. Se na própria França (modelo de inspiração civilizatória do século XIX, por excelência) personagens religiosos chegaram a estimular “as nefandas cenas da Revolução”, no “Império da Santa Cruz” (Brasil) o “paganismo” atuava no ensino secundário (GUIMARÃES, 1860, p. 16). Na visão de Aprígio, os modos pagãos ameaçavam os rumos da civilização, tanto por meio da herança estética, filosófica e retórica de gregos e romanos, quanto pela disseminação de posturas laicistas.

⁷ Como “ato de presença no mundo e em si mesmo” (ZUMTHOR, 2007, p. 67).

Assim como o Renascimento se orientara por meio da defesa dos valores greco-romanos e promovia heranças como expressão social, a retórica integrava o programa renascentista *via* educação e configuração de uma filosofia moral – a unir sabedoria e eloquência identificadas em Cícero, Quintiliano, Tácito e Petrarca (SKINNER, 2017, p. 107-109). Note-se que esse tipo de *latinidade* (mobilizada por formas, saberes e estilos clássicos) foi parcialmente atacada pelo próprio Cristianismo, quando este produziu “um novo conceito de inimigo” – seja na imagem dos não-cristãos, pagãos, gentios e judeus; seja na evidente missão civilizatória da cristandade, a rotular os outros como helenos e bárbaros (KOSELLECK, 2020, p. 288). Na esteira desse processo complexo, tenso e contraditório, o uso dos nomes de Cícero e Quintiliano também tinha como objetivo:

determinar uma formação moral religiosa, assim como tais autores serviam como modelo para a aprendizagem das linguas antigas e, sobretudo, formar um “bom orador” capaz de fazer uma preleção “erudita” em esferas políticas ou em sermão nas igrejas. Nessa perspectiva, os autores pagãos foram “cristianizados” e integrados aos métodos de leitura e seleção de excertos publicados em livros especialmente organizados para os alunos (BITTENCOURT, 2018, p. 129).

No que tange o método de ensino no Brasil, Aprígio Guimarães desenvolveu um capítulo em *Estudos sobre o ensino público* e a partir dele apreciava o papel crítico de São João Crisóstomo em torno da disseminação de fábulas e mitologias. O capítulo se apoiava nas ressalvas do Abade Jean-Joseph Gaume aos escritos greco-romanos, sinônimos de uma educação “pagânica” da juventude. Diante dessa questão, Aprígio observava a necessidade de:

Tomar por livros clássicos os autores sagrados, penetrar profundamente o espírito e o coração dos meninos com as verdades cristãs, não permitir as leituras profanas senão em idade mais adiantada, e com precauções tão bem calculadas que tal fermento jamais possa corromper a massa (GUIMARÃES, 1860, p. 24).

O Abade Gaume, testemunha dos ares ultramontanos⁸ e românticos propagados na Europa (MOLINET, 1991, 223), exerce influência nas condenações de Aprígio acerca de um ensino falsamente erudito, a sobrecarregar a juventude com matérias pouco efetivas para o desenvolvimento de vocações mais adequadas. Aprígio considerava prejudicial o ensino a privar um estudante com potencial de se tornar médico, advogado ou militar, pelo simples fato de ele não dominar matemática, inglês, alemão, geometria, francês ou grego – conforme às exigências mais formalistas do Império cobrassem. O saldo nefasto desses rigorismos produziria, na visão de Aprígio, uma sociedade capaz de apenas gerar “semi-sábios”, perdidos por entre inúmeros objetos da ciência e com baixa adequação às necessidades profissionais *de fato*.

No mesmo texto em torno do método de ensino, Aprígio atentava para o Colégio Pedro II. Tal instituição seguramente atuava como ícone de centralização política na construção do Estado nacional brasileiro, na medida em que o seu caráter de *modelo* “fortaleceu a institucionalização de uma forma secundária no país” (GASPARELLO; VILLELA, 2009, p. 43). Dentro da temática do Pedro II, Aprígio destacava o *Decreto n. 1.331 de 17 de fevereiro de 1854* e recortava o artigo 47, cuja ênfase estava em enumerar as matérias do ensino primário: instrução moral e religiosa; leitura e escrita; noções de gramática; princípios de aritmética; sistema de pesos e medidas. Por meio dessa enumeração, o ensino de história e geografia, desenho, música, canto, ciências físicas e naturais seria extensivamente aplicado com o auxílio das províncias do Império (BRASIL, 1854, p. 55).

Mas se o Colégio Pedro II “convertia-se aos poucos na forte imagem do imperador” (SCHWARCZ, 2019, p. 150) e os escritos de Aprígio Guimarães aceitavam essa alegoria, a não disseminação eficaz daquele modelo educacional frustrava as necessidades de ensino no Brasil. Nesse ínterim, os textos de Aprígio lamentavam o atraso do país e consideravam que “uma geração mal preparada faz a ruína d’um Estado” (GUIMARÃES, 1860, p. 9). Para então fugir do declínio nacional, ninguém mais legítimo do que o Imperador – a adequar as condutas da sociedade e suas devidas relações entre educação e religião.

⁸ Note-se que no período próximo ao da publicação de *Estudos*, por Aprígio, “O Papa [Pio IX] reconhecia a existência das ideias liberais que constituía a base da maioria dos Estados modernos, mas se curvar a eles ainda não era nem mesmo uma hipótese” (MARTINS, 2008, p. 63). Esse tipo de impasse, longe de ser resolvido, prosseguirá no século XX, enfaticamente com Pio X a condenar o princípio de laicidade do Estado e convocar os teólogos católicos a fazerem um “juramento antimodernista como forma de salvaguardar a ortodoxia da Igreja diante de um mundo sempre mais secularizado” (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2018, p. 31).

É preciso lembrar que a crítica de Aprígio em torno do Artigo 47 não se esgota no conteúdo do próprio Decreto de 1854. Mais além, a ordem do aprendizado é questionada, pois a defesa da instrução moral religiosa não deveria se dar antes do desenvolvimento da leitura e escrita da criança. Uma proposta a antecipar a religião em fases precoces da vida impossibilitaria a alguém com dois ou três anos de idade assimilar devidamente os comentários do Evangelho. Por consequência, a falta de instrumentos hábeis para o entendimento do próprio Cristianismo agravaria vícios domésticos, posto que a escola era vista, por Aprígio, como a continuação do lar. O equívoco no processo de ordenamento sobre o que deveria ser ensinado promoveria uma leitura religiosa e uma história sagrada inadequadas, além de superficiais: ambas entrariam “na instrução elementar do segundo grau “como [Pôncio] Pilatos entrou no Credo” (GUIMARÃES, 1860, p. 26).

Aprígio continua sua crítica amparado por outro texto: *Guide intellectuel et moral de l'étudiant en droit*, da autoria de Baillet e publicado em Paris em 1835. Na tradução das passagens, há exemplos de “vícios sociais”, os quais iam desde a retirada de crianças do colo de suas mães, até o ato de mandá-las para os seios de “amas mercenárias” ou de enviá-las para colégios longínquos. Ao mencionar Baillet, Aprígio considera que o afastamento precoce entre a criança e sua mãe é um fator capaz de promover ódio, perfídia, vingança e maledicência, cujos desdobramentos estimulariam uma sociedade marcada pela inimizade e falta de caridade. Na esteira desses argumentos, Aprígio também amplia seus ataques retóricos sobre aquilo que considera como falso cortejo do paganismo: um amontoado de disciplinas repartidas em áreas de impossível orientação condigna para com os cidadãos e o desenvolvimento do Brasil.

Já ao incluir *Du paganisme dans la société et dans l'éducation* (escrito de Félix Danjou) Aprígio investe no argumento contra os jesuítas, ao vê-los como parte geradora dos males sociais, haja vista o elo de sacerdotes da Companhia de Jesus com a Revolução Francesa, além da atuação de Giuseppe Mazzini, seu repúdio à autoridade papal e à Igreja Católica. O exemplo jesuíta ainda seria comum à secularização nociva, a distorcer a liturgia e arte cristãs, inclusive com a difusão e predomínio da história de Atenas e do Império Romano. Na lista dos autores condenáveis por Danjou se encontram Nicolau Maquiavel, Charles de Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Gabriel Bonnot de Mably – todos estes irremediavelmente pagãos; “pais da Revolução” –, reproduzidos, traduzidos e acentuados pelo espírito de 1848.

Tratado como sinônimo de paganismo, o Renascimento é culpado por privilegiar Júpiter no lugar de Jesus Cristo e por colocar em risco valores caros à juventude e aos rumos educacionais mais promissores para a nação brasileira. Com o perigo de tal cenário, apenas Dom Pedro II seria *o piloto ao leme* – o monarca piedoso e sábio para garantir o respeito e a independência da Igreja Católica. Ao tomar esses traçados argumentativos, Aprígio culminará seu texto sobre o método do ensino no Brasil com a alegoria do príncipe e sua capacidade em aliar a espada da realeza à espada pacífica do sacerdócio: “A misericórdia do padre temperando a severidade do rei, e a autoridade do rei cobrindo com a sua proteção o ministério do padre” (GUIMARÃES, 1860, p. 33), cuja empresa seria coroada em forma de Imperador do Brasil –dotado de meios e virtudes para a condução dos valores educacionais.

Considerações Finais

A trajetória de Aprígio Guimarães é marcada por mudanças partidárias, usos públicos da retórica, discursos sob preceitos liberais e moralismos católicos. Não somente, a própria educação (e mais especificamente o ensino) trazem ideias e conceitos nos escritos de Aprígio, os quais integram o pensamento de um Recife do século XIX. A filiação partidária no Brasil Imperial se combinou com diferentes usos de autores, declarações pessoais e alinhamentos no mundo do poder político, de maneira que Aprígio é caso relevante por se tratar de uma pessoa com passagem pela vida parlamentar e administrativa na Corte, além das províncias do Ceará e de Pernambuco. No entanto, em sua vida no Recife, o autor de *Estudos Sobre o Ensino Público* considerou mais a carreira no magistério e principalmente a posição de Lente Substituto / Catedrático da FDR, além das atividades em outras instituições centralizadoras de conhecimento, como o IAGP. Por outro lado, a defesa de Aprígio pelo caráter do ensino, em detrimento da ênfase por cargos políticos, não impediu que o autor passasse mais duas vezes pela vida de deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco (DANTAS, 2013, p. 36; CAMPELLO, 2015, p. 115).

Outro desdobramento importante revela que os usos da retórica instrumentalizaram a vida pública de Aprígio Guimarães de modo corriqueiro – muito além da aplicação de autores, conceitos e ideias –, na medida em que importava usos, infundia argumentos de autoridade e tomava opiniões

por empréstimo para exercer ataques de cunho pessoal. O exemplo de Aprígio revela que os arranjos de versões liberais (inclusive com traços de *laissez-faire*) não dispensavam certa defesa em torno do papel político da Igreja Católica e sua importância em orientar (sobretudo pelo prisma moral) o ensino público e uma visão lançada sobre a civilização brasileira.

Vários autores citados nos discursos de Aprígio são traduzidos *ipsis litteris* ao longo de *Estudos sobre o Ensino Público*, e sob a sigla do Partido Conservador, as críticas de Aprígio às bases humanistas e suas rotulações como sinônimo de paganismo formam sentido. Quando se percebe no próprio humanismo um impulso e apreço à retórica, ao proclamar “a língua grega e o caminho da *eruditio*”, há também uma crítica acerca da herança escolástica do ensino – esta, por sua vez, uma concepção típica no mundo católico. Aliás, essas diferenças indicam “uma oposição que já se encontra no início da filosofia” (GADAMER, 2020, p. 54) e que mais tarde inflamaria diversos setores reacionários e conservadores da Igreja Católica.

Além de arranjos e recombinações de ideias e conceitos, é preciso considerar a publicação de *Estudos* como expressão de controvérsias entre teoria e prática. Por um lado, a forte defesa pelo aspecto moderador e referencial de Dom Pedro II, à frente do ensino do Brasil, ecoava no lançamento do livro de Aprígio Guimarães e figurava nas páginas do Diário de Pernambuco de 1860. A publicação estava à venda na Livraria Acadêmica de Miranda & Vasconcellos – Rua do Imperador, número 79 –, e descrita como “obra dedicada à Sua Majestade, o Imperador” (ESTUDOS, 1860, p. 6). No teor das páginas, a presença de conceitos, usos retóricos, ligações com o Partido Conservador e posturas monarquistas ilustrava a defesa por um “método de ensino no Brasil”, saído das mãos de um autor mergulhado em preceitos e marcas estéticas academicistas, traquejos literatos, ao mesmo tempo em que depositário da fé em Jesus Cristo.

Por outro lado, aquele mesmo homem, defensor do ensino no Brasil, era identificado nas folhas do DP como proprietário do “escravo pardo de nome Salustio” – fugido no próprio ano de 1860 e assim descrito: “alto, magro e pouca barba na ponta do queixo; anda calçado e sabe ler; tem uma marca de cáustico sobre o peito direito; uma tosse nervosa, forte e frequente” (AVISOS, 1860, p. 4). Quem encontrasse e capturasse Salustio deveria levá-lo à Ilha dos Ratos, residência do Doutor Aprígio Guimarães, o qual seria eternamente grato.

Referências bibliográficas

ABREU, Júlio. A velha academia de Olinda. *Revista do Instituto do Ceará*, Ano 64, p. 142-165, 1950. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1950/1950-AVelhaAcademiadeOlinda.pdf>>. Acesso em: 14/09/2021.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação do discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.

AVISOS diversos. *Diário de Pernambuco*, ano 36, n. 32, Recife, 9 de fev. 1860.

BERLIN, Isaiah. *Ideias políticas na era romântica: ascensão e influência no pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. *Estudos avançados*, n. 32, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

BOSI, Alfredo. *Cultura*. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 225-279.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil: tomo XVII, parte II*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1854. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>>. Acesso em: 14/09/2021.

CÂMARA, Francisco Phaelante da. *Memória histórica da Faculdade de Direito do Recife: anno de 1903*. Recife: Imprensa Industrial, 1904.

CAMPELLO, Netto. *História parlamentar de Pernambuco*. In: GUALBERTO, Elisama Carvalho C [et al.]. *Assembleia Legislativa de Pernambuco 180 anos: uma visão histórica de Pernambuco sob o olhar do Legislativo estadual*. Recife: ADF, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: retórica como chave de leitura. *Topoi*, v.1, n.1, Rio de Janeiro, p. 123-152, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003>>. Acesso em: 14/09/2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Fé cristã e laicidade*. Brasília: Edições CNBB, 2018.

DACANAL, Pedro Hoeper.; SAES, Alexandre Macchione. As ideias jurídico-econômicas de Clóvis Beviláqua. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica*, Niterói, p. 1-33, 2017. Disponível em:

<<http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/11%20As%20ideias%20jurídico-econômicas%20de%20Clóvis%20Bevilaqua.pdf>>. Acesso em: 14/09/2021.

DANTAS, Laércio Albuquerque. *A Escola do Recife e os discursos sobre criminalidade: teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1830-1890*. Dissertação (mestrado em história). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

ESTUDOS sobre o ensino público pelo doutor Aprígio Justiniano da Silva Guimarães. *Diário de Pernambuco*, ano 36, n. 217, Recife, 19 de set. 1860.

FELDMAN, Ariel. Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). *Almanack*, n. 7, Guarulhos, p. 39-58, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463320140704>>. Acesso em: 14/09/2021.

FERRARO, Alceu Ravello. Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva – 1881. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 50, p. 181-206, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000400012>>. Acesso em: 14/09/2021.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*, volume I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2020.

GASPARELLO, Arlette Medeiros.; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 21, p. 39-60, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38540/20071>>. Acesso em: 14/09/2021.

GOODY, Jack. *A domesticação da mente selvagem*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUIMARÃES, Aprígio Justiniano da Silva. *Discursos e diversos escritos*. Recife: Tipografia Mercantil, 1872.

GUIMARÃES, Aprígio Justiniano da Silva. *Estudos sobre o ensino público*. Recife: Tipografia Universal, 1860.

GUIMARÃES, Aprígio Justiniano da Silva. *Visconde d'Uruguay*. Jornal do Recife, 26 mar 1859. Disponível em: <<http://www.acervocepe.com.br>>. Acesso em 19 jul 2021.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

JURY do Recife. 5ª sessão. *Diário de Pernambuco*, ano 36, n. 281, Recife, 4 de dez.1860.

KOSELLECK, Reinhardt. *História de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo católico em Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 1988.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

MARTINS, Gabriela Pereira. Ultramontanos, positivistas e liberais: reflexões a partir da separação Igreja-Estado. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 53-73, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26457/18238>>. Acesso em: 14/09/2021.

MARTINS, Henrique. *Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931.

MEAUX, Camille de. *Montalembert: Vicomte de Meaux*. Paris: C. Levy, 1897.

MELO, Carlos Augusto de. Os manuais de retórica e poética: “lugares de memória” no Brasil oitocentista. *Revista FronteiraZ*, n. 15, p. 120-134, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/24331>>. Acesso em: 14/09/2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. *História Hoje*, v. 2, n. 3, p. 19-42, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.20949/rhhj.v2i3.63>>. Acesso em: 14/09/2021.

MOULINET, Daniel. L’abbé Gaume et la pastorale de la confession au XIX siècle. *Mélanges de L’École Française de Rome. Italie et Méditerranée*, tomo 103, vol. 1, p. 297-325, 1991. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/mefr_1123-9891_1991_num_103_1_4148?q=L'abbé+Gaume+et+la+pastorale+de+la+confession+au+XIX+siècle>. Acesso em: 14/09/2021.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O partido conservador e a educação literária no Império brasileiro (1841-1863). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 931-945, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1517-9702201512137577>>. Acesso em: 14/09/2021.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Da natureza e limites do poder moderador e a memória do Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org). Zacarias de Góis e Vasconcelos. São Paulo: editora 34, 2002, p. 9-54.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: LVM, 2018.

PENNA, Luciana Rodrigues. O publicismo e a política conservadora do Brasil no século XIX. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 343-376, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912019252343>>. Acesso em: 14/09/2021.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

QUINTAS, Amaro. *O padre Lopes Gama: um analista político do século passado*. Recife: UFPE, 1975.

REMOND, René. *Do político*. In REMOND, René (org). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 441-453.

SALDANHA, Nelson. *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIQUEIRA, André Cezar. Batalha naval do Riachuelo: 150 anos de uma vitoriosa operação conjunta da Marinha e do Exército do Brasil. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, p. 74-83, 2015. Disponível em: <https://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie5.html>. Acesso em: 14/09/2021.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VEIGA, Gláucio. Aprígio Guimarães. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v.2, n.1. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, p. 15-35, 1978. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24673>>. Acesso em: 14/09/2021.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo, Cosac Naify, 2007.